Comunicações

VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos

Representante do BNDES: Pedro Quaresma de Araújo, economista da Área de Planejamento.
Data: 6 a 8 de novembro de 2007.
Local: Brasília (DF).
Promoção: Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais (Saei/GSI/PR).

Entre os dias 6 e 8 de novembro, realizou-se, em Brasília, o VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos. O evento, dividido em quatro grandes áreas (segurança e defesa; relações internacionais; ciência e tecnologia; e temas sociais), contou com a participação de especialistas nas mais variadas áreas do conhecimento, de acordo com a perspectiva multidisciplinar que predomina atualmente nos processos de planejamento estratégico. Cada área foi dividida em seis mesas temáticas, que, por sua vez, foram divididas em três subtemas, cada um abordado por um palestrante.

Na área de "segurança e defesa", foram realizadas as seguintes mesas temáticas: (i) riscos e ameaças; (ii) segurança pública; (iii) avanços em planejamento; (iv) segurança: novas dimensões; (v) segurança regional e estabilidade; e (vi) perspectivas do pensamento estratégico militar.

A área de "relações internacionais" foi dividida em: (i) o Brasil e o mundo; (ii) a América do Sul; (iii) intervenção internacional em situações de conflito; (iv) alianças estratégicas; (v) fronteiras; e (vi) novas agendas.

Na área de "ciência e tecnologia", as mesas temáticas foram assim divididas: (i) temas atuais (biossegurança, células-tronco e nanotecnologia); (ii) C&T e política industrial; (iii) energia; (iv) mudanças climáticas globais; (v) programas nacionais; e (vi) meio ambiente.

Os "temas sociais" abordados foram os seguintes: (i) educação; (ii) saúde; (iii) violência; (iv) inclusão e desenvolvimento social; (v) cidades; e (vi) direitos e conquistas.

Apresentam-se, a seguir, os principais pontos relativos a algumas das apresentações realizadas no encontro.

Mesa 2.6: NOVAS AGENDAS – Projeto de Brasil – Cláudio Frischtak, Inter.B Consultoria Internacional de Negócios

Nos últimos anos, a economia mundial tem apresentado um comportamento particularmente benigno, impulsionando as economias emergentes com base numa combinação de preços elevados de *commodities* minerais e agrícolas e liquidez sem precedentes.

Dessa maneira, existem fortes indicações de que se inicia um superciclo que poderá durar de 15 a 20 anos, com impacto profundo sobre a economia mundial e a geografia de poder. Em grande medida, o choque nos termos de troca que vêm redesenhando a geometria de poder e favorecendo não apenas as economias emergentes (como a brasileira), mas também a Rússia e outros exportadores de energia, foi fruto do crescimento acelerado da China e, em segundo plano, da Índia e deve continuar a depender desse fator nos próximos anos.

Uma vez que a China apresenta potencial para crescer a taxas próximas de dois dígitos de forma sustentada nas próximas duas décadas, nesse período, o Brasil terá – efetivamente, pela primeira vez – uma oportunidade de dar um salto e se tornar uma economia desenvolvida.

No entanto, três grandes desafios devem ser enfrentados: (i) deficiência na educação e conseqüente ameaça aos ganhos na redução da desigualdade; (ii) avanço na fronteira científico-tecnológica e insuficiência no apoio à acumulação de conhecimento e sua aplicação; e (iii) fragilidade do Estado para executar suas funções inerentes ao crescimento (infra-estrutura, segurança pública e inclusão cidadã).

Finalmente, cabe ao Brasil assumir a liderança na redução das emissões de poluentes, até mesmo com alvos quantitativos, enfrentando o desafio da sustentabilidade. Além disso, o país deveria assumir o papel de "guardião da floresta", interrompendo o ciclo de destruição e poluição pela queima da biomassa na Amazônia.

Nesse contexto, é imperativo se preparar para a transformação do clima em escala global, com um programa de médio e longo prazos de:

(i) gestão dos recursos hídricos na Região Norte, para garantir a fronteira de hidreletricidade do país, e, no Nordeste, para assegurar as condições de vida do sertão e do semi-árido; e

(ii) proteção do litoral brasileiro, particularmente nas áreas mais densamente povoadas.

Mesa 2.2: A AMÉRICA DO SUL – A Política Exterior do Brasil para a América do Sul – Albene Menezes, Universidade de Brasília (UnB)

Em linhas gerais, o que distingue a política externa de um país da América do Sul é seu alinhamento ou distanciamento em relação aos Estados Unidos (EUA).

Em relação à política externa brasileira, uma questão relevante é se o país tem um projeto para a região. Os pontos principais do relacionamento com os demais países têm sido questões relativas a livre comércio, integração física, combate ao crime, matriz energética e gestão de recursos hídricos.

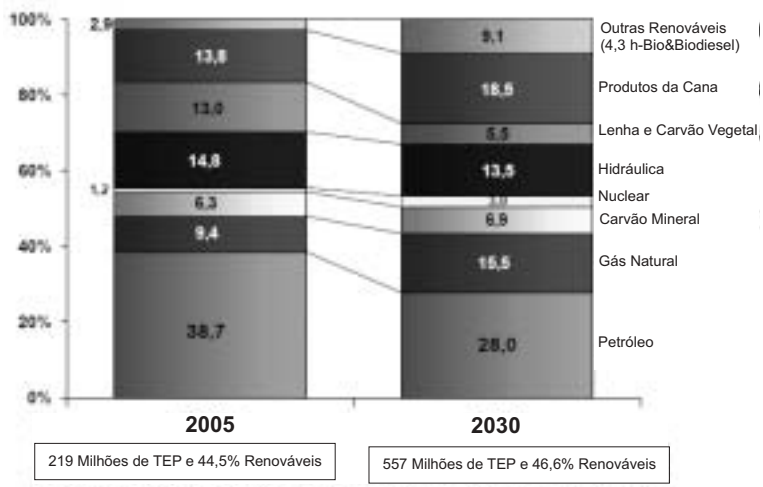
O novo regionalismo na América do Sul, que deu origem, por exemplo, ao Mercosul, tinha como base inicial políticas econômicas austeras, de acordo com os postulados neoliberais, em contraposição às inspirações cepalinas. Nos últimos anos, houve uma guinada à esquerda no continente, especialmente a partir da ascensão do presidente Hugo Chávez, na Venezuela. Dessa maneira, as aspirações do "Novo Mercosul" dizem respeito, basicamente, aos desafios da "globalização excludente", como a concentração de renda e as desigualdades regionais. Assim sendo, a ascensão do discurso neopopulista/neonacionalista funciona como contraponto ao multilateralismo sustentado por países como Brasil, Chile e Uruguai.

Mesa 3.3: ENERGIA – Planejamento Energético – Marcio Pereira Zimmermann, Ministério de Minas e Energia (MME)

O secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (MME), Marcio Pereira Zimmermann, apresentou o planejamento energético desenvolvido pelo governo brasileiro.

O modelo adotou como referência que a população brasileira em 2030 seria de 238 milhões de habitantes, um aumento de 53 milhões (1,01% ao ano). Além disso, o crescimento médio do produto foi estimado em 4,1% ao ano. O resultado seria um consumo final de energia de 557 milhões de TEP, com crescimento anual de 3,7%. O Gráfico 1 apresenta uma comparação da matriz energética brasileira atual (2005) e ao final do período (2030).

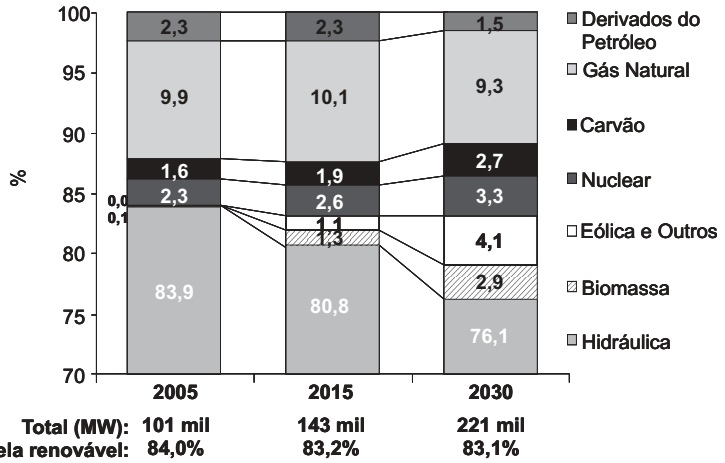
GRÁFICO 1
Consumo de Energia no Brasil (por Fonte): 2005 x 2030



Fonte: *Ministério de Minas e Energia.*

No que se refere apenas à eletricidade, no cenário projetado, o consumo final cresceria 4,3% ao ano, uma taxa maior do que a do produto, como se pode observar no Gráfico 2.

GRÁFICO 2
Consumo de Eletricidade no Brasil (por Fonte): 2005 x 2030



Fonte: *Ministério de Minas e Energia.*

Mesa 3.4: MUDANÇAS CLIMÁTICAS GLOBAIS – Mudanças Climáticas – Carlos Nobre, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)

Não é mais possível reverter o processo de aquecimento global. As mudanças climáticas são reais e inequívocas e estão se acelerando. Caso o problema não seja enfrentado, poderemos assistir no futuro ao colapso da floresta amazônica (savanização) e ao derretimento das geleiras na Groenlândia, com impactos mundiais sobre o nível do mar. Além disso, o aquecimento global tem conseqüências diretas sobre a agricultura, pois prejudica diversos cultivos, como o café, a soja e outros grãos.

Os efeitos das mudanças climáticas são desiguais e injustos, prejudicando, sobretudo, aqueles que não contribuíram com as emissões de carbono. As regiões mais atingidas são as de clima subtropical e semi-áridas. A continuidade desse processo pode dar origem aos primeiros refugiados ambientais, especialmente na África e no nordeste brasileiro.

Nesse sentido, o Brasil precisa atuar em duas frentes: na mitigação das emissões de carbono e na adaptação às mudanças climáticas. O modelo de desenvolvimento fortemente baseado em recursos naturais pode ser conciliado com a sustentabilidade ambiental, de forma que o Brasil se torne uma potência ambiental, o primeiro país tropical desenvolvido. Os principais desafios consistem no controle do desmatamento na Amazônia e na orientação do desenvolvimento regional para a harmonia entre a cultura da soja, a atividade madeireira, a agropecuária, a conservação dos recursos hídricos e da biodiversidade.

Conferência 2 – Uma Visão de Longo Prazo para o Brasil – Roberto Mangabeira Unger, ministro extraordinário de Assuntos Estratégicos

Para o ministro extraordinário de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, o país precisa inovar suas instituições econômicas, sociais e políticas, de tal forma que, entre outras coisas, não perca espaço de atuação e influência no cenário mundial, diante do crescimento, de um lado, da China e da Índia e, de outro, dos países de produtividade alta. A saída seria a valorização do trabalho e o aumento da produtividade, um novo modelo de desenvolvimento com criação de oportunidades e participação popular.

O ministro apresentou ainda um projeto de Estado, que contempla basicamente três pontos: (i) a defesa do território e o aparelhamento das forças armadas; (ii) um projeto para a Amazônia, baseado em um zoneamento ecológico econômico, de maneira que a região não se torne "parque vazio de atividades econômicas devastado para soja e pastagem"; e (iii) a inclusão social, via ampliação de oportunidades econômicas e democratização da economia de mercado, objetivos que seriam alcançados por meio do crédito subsidiado, da isenção fiscal e da inclusão digital.

Considerações Finais

A participação no VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos foi de fundamental importância para colher subsídios, orientar as discussões e confirmar as análises traçadas na construção dos cenários pela equipe da AP/DEEST para o processo de Planejamento Corporativo 2009–2014, em andamento, no BNDES.

O conjunto das apresentações realizadas no VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos pode ser encontrado no seguinte endereço eletrônico: <https://sistema.planalto.gov.br/siseventos/index.html>.